

Competência em informação para pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias da Região Sudeste do Brasil

Giovana Satie Kawabata

Universidade Estadual de Londrina, Curso de Biblioteconomia, Londrina, PR, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9172-8109>

satiegiovana@gmail.com

Ana Maria Mendes Miranda

Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Ciência da Informação, Londrina, PR, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0461-3520>

anamirandamm@gmail.com

Adriana Rosecler Alcará

Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Ciência da Informação e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Londrina, PR, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4639-0967>

alcara@uel.br

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v18.n2.2025.57143>

ARTIGOS

Recebido/Recibido/Received: 2025-02-06

Aceito/Aceptado/Accepted: 2025-05-30

Publicado/Publicado/Published: 2025-1-21

Resumo

A pesquisa tem como objetivo investigar práticas e iniciativas das bibliotecas universitárias da região sudeste do Brasil que promovem a competência em informação para as pessoas com deficiência. Como objetivos específicos, levantou-se e caracterizou-se práticas e iniciativas inclusivas em bibliotecas universitárias em relação às habilidades da competência em informação para as pessoas com deficiência. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi descritiva, com abordagem qualitativa e de delineamento documental. Para tanto, identificou-se bibliotecas universitárias da região sudeste do Brasil, sendo selecionadas 19 bibliotecas para compor a amostra da pesquisa, tendo como critério de seleção as bibliotecas de instituições de ensino superior públicas. Dentre os resultados, verificou-se os recursos e serviços acessíveis, sendo que para a análise dos dados foram estabelecidas cinco categorias de acessibilidade: atitudinal; comunicacional; informacional; recursos assistivos e na promoção de ações. Concluiu-se, que as bibliotecas universitárias de instituições públicas da região sudeste do Brasil têm implantado práticas e iniciativas inclusivas para as pessoas com deficiência, o que contribui para sua formação e amplia a competência em informação.

Palavras-chave: Competência em informação. Pessoas com deficiência. Bibliotecas universitárias inclusivas.

Information literacy for people with disabilities in university libraries in the southeast region of Brazil

Abstract

The research aims to investigate practices and initiatives of university libraries in the southeast region of Brazil that promote information literacy for people with disabilities. The specific objectives were to identify and characterize inclusive practices and initiatives in university libraries in relation to information literacy skills for people with disabilities. Regarding the methodological procedures, the research was descriptive, with a qualitative approach and a documentary design. To this end, university libraries in the southeast region of Brazil were requested, and 19 libraries were selected to compose a research sample, using libraries from public higher education institutions as the selection criterion. Among the results, we verified the accessible resources and services, and for the analysis of the data, five categories of accessibility were established: attitudinal; communicational; informational; assistive resources and in the promotion of actions. It is concluded that university libraries of public institutions in the southeastern region of Brazil have implemented inclusive practices and initiatives for people with disabilities, which contributes to their education and expands their information literacy.

Keywords: Information literacy. People with disabilities. Inclusive university libraries.

Alfabetización informacional para personas con discapacidad en las bibliotecas universitarias de la región sureste de Brasil

Resumen

La investigación tiene como objetivo investigar las prácticas e iniciativas de las bibliotecas universitarias de la región sureste de Brasil que promueven la alfabetización informacional para personas con discapacidad. Como objetivos específicos se plantearon y caracterizaron prácticas e iniciativas inclusivas en bibliotecas universitarias con relación a las competencias de alfabetización informacional para personas con discapacidad. En cuanto a los procedimientos metodológicos, la investigación fue descriptiva, con enfoque cualitativo y diseño documental. Para tal fin, se realizó una búsqueda en bibliotecas universitarias de la región sureste de Brasil, y se seleccionaron 19 bibliotecas para componer la muestra de la investigación, utilizándose como criterio de selección bibliotecas de instituciones públicas de educación superior. Entre los resultados se verificaron recursos y servicios accesibles y para el análisis de los datos se establecieron cinco categorías de accesibilidad: actitudinal; comunicacional; informativo; recursos de asistencia y en la promoción de acciones. Se concluye que las bibliotecas universitarias de instituciones públicas de la región sureste de Brasil ten implementado prácticas e iniciativas inclusivas para personas con discapacidad, lo que contribuye a su formación y amplía la alfabetización informacional.

Palabras clave: Alfabetización informativa. Personas con discapacidad. Bibliotecas universitarias inclusivas.

1 Introdução

As bibliotecas universitárias, enquanto espaços democráticos, devem atender as necessidades específicas de todos os usuários, incluindo pessoas com deficiência (PcDs), através de ações, serviços e recursos que resultem na formação desses usuários. Ao oferecer essas ações, esses espaços multiplicam a competência em informação e promovem o desenvolvimento de habilidades informacionais para pessoas com deficiência.

O Art. 2º da Lei nº 13.146 de 2015 considera que uma pessoa com deficiência é “[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (Brasil, 2015, local. 1).

A competência em informação (Colnfo) pode ser entendida como um conjunto de habilidades para a busca, seleção, avaliação, uso e compartilhamento da informação de forma reflexiva, crítica e consciente. Para Vitorino (2020, p. 28) a competência em informação é um

[...] conceito dinâmico que continua a crescer para incorporar uma gama cada vez maior de habilidades necessárias aos indivíduos na era da informação, como habilidade de definir, localizar, acessar, avaliar e usar a informação de forma ética e socialmente responsável como parte de uma estratégia de aprendizado ao longo da vida.

Diante disso, as bibliotecas universitárias desempenham um papel fundamental na disponibilização de produtos, serviços e ações que promovam essas habilidades mencionadas por Vitorino (2020), oportunizando o acesso à informação e ao conhecimento para as pessoas com deficiência, que demandam ter suas necessidades informacionais atendidas. Assim, esses espaços necessitam tornarem-se ambientes multiplicadores da competência em informação, para desta maneira promover o acesso equitativo e igualitário à informação, pois como argumentam Almeida e Mata (2023, p. 2), esses espaços atuam promovendo a “[...] aprendizagem, apoiando o ensino, a pesquisa e a extensão na comunidade acadêmica, portanto, é um espaço propício ao desenvolvimento de ações de competência em informação.”

Em adição, destacamos que a acessibilidade informacional também é enfatizada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) para alcançar a Agenda 2030. Especificamente, o ODS 4 busca “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, assim como “[...] garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência [...]” (ONU, 2015, local. 1).

Em relação a isso, pesquisas como de Silva e Spudeit (2021) apontam a importância de iniciativas em prol do acesso à informação para pessoas com deficiência, já que, mesmo com legislações, diretrizes e a existência das tecnologias assistivas, há a necessidade das bibliotecas universitárias implementarem políticas específicas para o desenvolvimento de serviços informacionais acessíveis, incluindo a adoção de padrões de acessibilidade para a organização da informação digital, a participação de pessoas com deficiência no desenvolvimento de serviços e produtos acessíveis, a formação de bibliotecários e ações voltadas ao desenvolvimento da competência em informação para essas pessoas.

Justificamos a relevância desta pesquisa com a proposta de evidenciar a importância dos estudos sobre inclusão nas bibliotecas universitárias e seus recursos de acessibilidade. Além disso, pretendemos fomentar estudos que promovam a reflexão dos bibliotecários enquanto

multiplicadores de práticas educativas inclusivas, com vistas a formação voltada a competência em informação.

Para tanto, é necessário conhecer e compreender a atuação das bibliotecas universitárias no contexto das deficiências. A questão que norteou esta pesquisa consiste em: Quais são as práticas e iniciativas das bibliotecas universitárias que promovem a competência em informação no apoio às pessoas com deficiências? A partir desta questão, estabelecemos como objetivo geral investigar práticas e iniciativas das bibliotecas universitárias da região sudeste do Brasil que promovem a competência em informação no apoio às pessoas com deficiência. Os objetivos específicos foram levantar práticas e iniciativas em bibliotecas universitárias e caracterizá-las em relação às habilidades da competência em informação.

2 Competência em informação

A expressão “competência em informação” (em inglês, *information literacy*) foi utilizada pela primeira vez em 1974 pelo bibliotecário Paul Zurkowski, em um relatório chamado: *The information service environment relationships and priorities*. No Brasil, Dudziak (2001, p. 143) definiu a competência em informação como um “[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica”. Complementar a isso, Belluzzo (2017, p. 62) reflete que “[...] os componentes que sustentam o conceito de ColInfo são: o processo investigativo; o aprendizado ativo; o aprendizado independente; o pensamento crítico; o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida”.

Mais recentemente o documento *Framework for information literacy for higher education* publicado pela Association of College & Research Libraries (ACRL, 2016) apresenta uma definição do termo competência em informação, que abrange outros objetivos de aprendizagem acadêmica e social, enfatizando seu dinamismo, flexibilidade, o crescimento individual e a aprendizagem comunitária. No documento, a competência em informação é entendida como um

[...] conjunto de habilidades integradas englobando a descoberta ponderada da informação, o entendimento de como a informação é produzida e valorizada, e o uso da informação na criação de novos conhecimentos e na participação de forma ética em comunidades de aprendizagem. (*Association of College & Research Libraries*, 2016, p. 8, tradução nossa).

Do ponto de vista de Corrêa e Castro Junior (2018), esse documento representa a evolução histórica das noções da competência em informação e da Ciência da Informação, abrange o uso ético da informação, a análise crítica, contextualização social, econômica e

política e o aprendizado contínuo. Os autores complementam ao dizer que atualmente esse documento evidencia a relevância de temas sociais, culturais, econômicos e comportamentais no desenvolvimento da competência em informação dos futuros profissionais de nível superior.

Na visão de Belluzzo (2017, p. 62), o conceito da competência em informação está ligado a “[...] necessidade de se exercer o domínio sobre o sempre crescente universo informacional, abrangendo três dimensões: conhecimento, habilidades e atitudes [...]” assim compondo o direito humano básico no contexto digital, essencial para estabelecer a prosperidade e a liberdade, o que pode gerar possibilidades de inclusão social e cultural.

Além destes aspectos, Righetto, Vitorino e Muriel-Torrado (2018, p. 85) defendem que “[...] a competência em informação possibilita às pessoas o aprendizado contínuo ao longo da vida, tornando-as capazes para encontrar, avaliar e usar as informações na tomada de decisões ou na resolução de problemas”. Os autores complementam ao dizer que para ser um usuário com essa habilidade desenvolvida, é preciso ter aptidão e autonomia para a realização de escolhas simples ou complexas, e é necessário entender o nosso papel de cidadão num Estado igualitário. Neste contexto, Vitorino e Piantola (2011, p. 101) ressaltam que somente o acesso à informação não é o suficiente para a construção da cidadania “[...], mas deve compreender também a capacidade de interpretação da realidade e de construção de significados pelos indivíduos”.

Brisola e Romeiro (2018) defendem que o estímulo e desenvolvimento da competência em informação nos indivíduos, possibilita o reencontro com seu sentido no mundo, destacando seu potencial de mudar a sua realidade e história. Como efeito, os sujeitos constatarem sua cidadania, lutam pelos seus direitos e pensam criticamente sobre o mundo e suas estruturas. Em sentido semelhante, Corrêa e Castro Junior (2018) argumentam que as pessoas com a competência em informação mais desenvolvida são as que pensam criticamente e utilizam melhor as informações disponíveis para lidar de maneira mais eficaz.

Considerando a necessidade de formação dos sujeitos, as bibliotecas podem ser compreendidas como espaços sociais, que por meio do desenvolvimento da ColInfo são capazes de promover o compartilhamento da informação acessível, o pensamento reflexivo e a aprendizagem, se tornando multiplicadoras da competência em informação.

3 Inclusão em bibliotecas universitárias e suas relações com a competência em informação

As universidades são instituições de aprendizagem e compartilhamento da informação e do conhecimento, assim representam um espaço democrático, como afirmam Stroparo e Moreira (2016a, p. 215) “A universidade é entendida como uma instituição social para atender

às necessidades da sociedade em geral, considerando as diferentes necessidades, em prol do desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura”.

Partindo desse pressuposto, as bibliotecas universitárias devem ser ambientes inclusivos e acessíveis, com objetivo de atender os diferentes públicos e suas especificidades. Portanto, necessitam planejar e desenvolver ações para suprir essa demanda e exercer seu papel social, pois como defendem os autores “As bibliotecas universitárias apresentam-se com o mérito de buscar, por meio de tecnologia de informação, formas alternativas para compartilhar e contribuir no processo de aprendizagem, possibilitando o acesso ao conhecimento e favorecendo a garantia do direito à educação.” (Stroparo; Moreira, 2016a, p. 210).

Diante disso, é fundamental que estes espaços possibilitem o acesso à informação para todos, incluindo as pessoas com deficiência e suas especificidades, assegurando seus direitos estabelecidos por lei, a exemplo da *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Brasil, 2015), do Decreto Nº 5.296 (Brasil, 2004), entre outras. Silva e Spudeit (2021) complementam que as bibliotecas, como espaços que medeiam e facilitam a informação, precisam expandir seus recursos para melhor satisfazer as necessidades informacionais das pessoas com deficiência e promover seus direitos constitucionais estabelecidos no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, como o direito à informação.

Portanto, bibliotecas universitárias devem estar preparadas para receberem os diferentes públicos e suas especificidades e para isso esses espaços necessitam ser acessíveis e inclusivos, para garantir a todos o acesso aos seus recursos e serviços. Em concordância, Silva e Spudeit (2020, p. 13) advogam que, como um local democrático, os gestores das bibliotecas devem priorizar “[...] o planejamento de atividades, serviços e produtos de informação tendo como base todo o contexto que envolve a inclusão e acessibilidade das pessoas”, e que este seria o papel social do bibliotecário, dando oportunidade para o exercício da cidadania, através da superação das barreiras atitudinais ao ter empatia e o desejo de incluir.

Posto isso, pessoas com deficiência devem ser incluídas nesses espaços, com direito de acesso à informação. Porém, como apontam Wellichan e Manzini (2021, p. 179), “[...] em virtude de fatores diversos, as bibliotecas e as pessoas com deficiência encontram-se distanciadas, ou em uma relação superficial, e o fato de ter o que oferecer não pode ser mais importante do que saber para quem ou como oferecer”. Portanto, não basta ter os recursos acessíveis, mas também ser capaz de reconhecer o usuário e promover a utilização desses recursos. Os autores ainda observam que é necessário conhecer os usuários com deficiências e suas demandas, para que as práticas e ações sejam desenvolvidas em um espaço acessível, respeitando as leis de

acessibilidade, com ambientes inclusivos para todas as pessoas, sendo usuários reais, potenciais, comunidade, colaboradores e todos que busquem informação (Wellichan; Manzini, 2021).

É preciso lembrar que “Muitas vezes, uma pessoa com deficiência não tem acesso aos mesmos códigos, informações e referências que a maioria das pessoas sem deficiência tem. Por isso, é importante estar atento e não ignorar essa realidade, que não diz respeito à deficiência, mas às barreiras socialmente construídas” (Fortalecimento [...], 2016, p. 71). Em virtude disso, para as pessoas com deficiência se sentirem pertencidas ao ambiente das bibliotecas é fundamental considerar adaptações de equipamentos e modificações, tanto nos espaços físicos quanto os virtuais, visto que eles carecem de acessibilidade e inclusão nestes ambientes para ter acesso de qualidade ao espaço, aos conteúdos e aos recursos disponíveis nas instituições (Alves *et al.*, 2023). Para isso, é importante que ações, ferramentas e serviços sejam desenvolvidos levando em conta a acessibilidade.

Em sentido semelhante, Teixeira *et al.* (2017, p. 343) apontam “[...] que uma biblioteca universitária preocupada em melhorar suas políticas de inclusão e acessibilidade está facilitando o acesso à informação”. Stroparo e Moreira (2016a) acrescentam que para as bibliotecas universitárias acessíveis e inclusivas é necessário garantir políticas permanentes que afirmem a acessibilidade em todas as circunstâncias de maneira abrangente e não somente de maneira fragmentada e pontualmente.

Segundo Ishikawa e Belluzzo (2013) a responsabilidade social da implementação da acessibilidade não deve ser apenas dos órgãos públicos e privados, mas também dos bibliotecários e comunicadores que atuam na mediação da informação da comunidade. Além disso, Alves *et al.* (2023) acrescem ao dizer que o bibliotecário necessita estar preparado para trabalhar com as pessoas com deficiência, para assim transformar as bibliotecas em espaços acessíveis, que promovam para os usuários o sentimento de pertencimento. Em concordância, Silva e Spudeit (2020, p. 20) mencionam que “O bibliotecário, como agente facilitador do acesso à informação, deve pensar em ambientes inclusivos que atendam às necessidades informacionais de qualquer pessoa não importando a condição que elas apresentam”.

Belluzzo (2017) destaca a responsabilidade das bibliotecas também na multiplicação da competência em informação, ao dizer que é atribuição dessas instituições sendo elas escolares, públicas, universitárias, especializadas etc., por serem agentes que idealizam, preparam e agem, o que é fundamental na rede de promoção do desenvolvimento da ColInfo na sociedade contemporânea.

Diante disso, evidenciamos a ligação da competência em informação no contexto de bibliotecas universitárias inclusivas, pois conforme Teixeira *et al.* (2017, p. 342), a “[...] competência em informação também é um agente facilitador para a promoção da educação e

aprendizagem ao longo da vida dos grupos sociais menos favorecidos, dentre eles as pessoas com deficiência”, visto que promove o desenvolvimento de habilidades na busca da informação e do conhecimento. Habilidades essas que “[...] são fatores determinantes na aprendizagem ao longo da vida, e o primeiro passo na consecução das metas educacionais de qualquer aprendiz” (Ishikawa; Belluzzo, 2013, p. 153).

Os bibliotecários precisam pensar para além das questões de acessibilidade física ou dos recursos de tecnologia assistivas, se atentar às necessidades específicas das pessoas com deficiência e promover ações, recursos e serviços que auxiliem na transposição de barreiras comunicacionais e atitudinais. Como enfatizam Silva e Spudeit (2021, p. 6), “[...] as bibliotecas como espaço social e os bibliotecários que atuam inclusive na mediação deste processo, mostram-se fundamentais como estratégias para a construção da sociedade inclusiva”.

Para acrescer esse entendimento, evidenciamos nesta pesquisa algumas categorias de acessibilidade, de acordo com a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) (2018) e de Silva e Spudeit (2021) sendo elas: comunicacional, atitudinal, recursos assistivos, informacional e na promoção de ações. Além dessas mencionadas, identificamos também a acessibilidade arquitetônica, que diz respeito a tornar os ambientes inclusivos, ao promover a superação de barreiras físicas, porém o foco desta pesquisa estava em ações ou recursos de acessibilidade, portanto, ela não foi incluída nesta análise.

A acessibilidade comunicacional é a possibilidade de tornar a comunicação acessível e compreensível para todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, deficiências ou características individuais (Duarte; Moraes, 2021). Já a acessibilidade atitudinal tem enfoque nas atitudes da sociedade com as pessoas com deficiência, na superação de preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações (Sassaki, 2009). Medeiros e Queiroz (2018) apontam que a acessibilidade aos recursos assistivos podem ser qualquer hardware, software ou produto integrado que facilite o acesso ao ambiente e à informação para um grupo de pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental, promovendo a independência e autonomia.

Enquanto a acessibilidade à informação é o direito de superação de barreiras comunicacionais e físicas, de ferramentas e programas acessíveis, e na apresentação da informação em diferentes formatos (Brasil, 2013). No que se refere à acessibilidade na promoção de ações, Silva e Spudeit (2021) ressaltam que ela aborda a integração de práticas e medidas que garantam o acesso de todos à informação, incluindo as pessoas com deficiência, mediante iniciativas, programas ou eventos desenvolvidos pela biblioteca e sua equipe.

Perante a isso, podemos enfatizar que as categorias de acessibilidades apresentam a importância da implementação e promoção de práticas e iniciativas inclusivas em espaços como

as bibliotecas universitárias, pois, ao promover esses recursos acessíveis, elas se tornam ambientes acolhedores e inclusivos para as pessoas com deficiência e, dessa maneira, apoiam a multiplicação da competência em informação nesses locais. O que tende a contribuir para as pessoas com deficiência, visto que este processo promove a autonomia e aptidão dessas pessoas na busca e uso das informações, assegurando-as os direitos estabelecidos por lei. Em suma, bibliotecas universitárias inclusivas podem se tornar multiplicadoras da competência em informação, ao promover ações, serviços e recursos acessíveis, que possibilitam maior independência e autonomia às pessoas com deficiência. Ao desenvolver habilidades informacionais na busca e uso da informação, elas asseguram o exercício da cidadania e proporcionam seu sentimento de pertencimento no ambiente acadêmico.

4 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva, com abordagem qualitativa e de delineamento documental. Para o desenvolvimento do referencial teórico, realizamos um levantamento bibliográfico a fim de explicitar a competência em informação e sua relação com as bibliotecas universitárias acessíveis para as pessoas com deficiência. Para isso, utilizamos as seguintes bases: Google Acadêmico, *Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação* (Brapci) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sem um recorte temporal predeterminado, sendo a busca feita com termos, como “Competência em informação” e suas variações terminológicas, “bibliotecas universitárias inclusivas”, “pessoas com deficiência” e “acessibilidade”.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado o delineamento documental e para isso foi estabelecida uma amostra de bibliotecas universitárias da região sudeste do Brasil, restringindo-se somente às bibliotecas universitárias de instituições de ensino superior públicas. Após a seleção das instituições, foram analisadas 31 bibliotecas. A coleta de dados se deu por meio da análise dos sites de cada instituição, identificando serviços e recursos de acessibilidades oferecidas. Das 31 bibliotecas analisadas, 12 não continham informações em seus sites referentes a recursos de acessibilidade. Desse modo, foram coletados dados nos sites de 19 instituições. Posteriormente, com vistas à complementar os dados, levantamos nas páginas de *Instagram* dessas bibliotecas, os recursos, ações e serviços disponibilizados às pessoas com deficiência.

Após a coleta, os dados foram organizados em uma planilha, agrupados e analisados com base na técnica categorial da Análise de Conteúdo (Bardin, 2010). Para isso foram consideradas, *a priori*, as cinco categorias de acessibilidade estabelecidas com base em Febab (2018) e Silva e Spudeit (2021), a saber: atitudinal; comunicacional; informacional; recursos

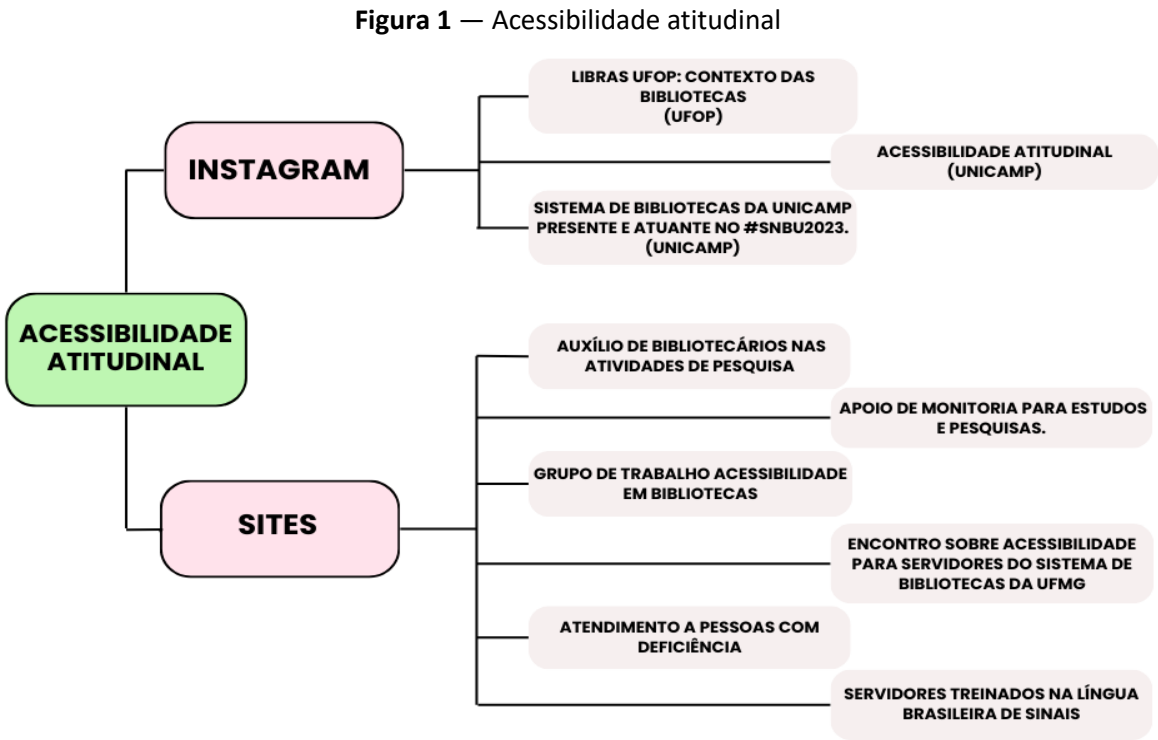
assistivos e promoção de ações. Em seguida os resultados foram descritos e discutidos com a literatura da área.

6 Apresentação e análise dos resultados

Os dados são resultados do levantamento e caracterização das práticas e iniciativas das bibliotecas universitárias públicas da região sudeste do Brasil que podem contribuir para a promoção da competência em informação no apoio às pessoas com deficiências.

a) Acessibilidade Atitudinal

A categoria de acessibilidade atitudinal diz respeito às ações que as bibliotecas promovem em seus espaços, a fim de eliminar preconceitos e estereótipos. Elas incluem atividades como parcerias com fundações para pessoas com deficiência, capacitação da equipe para melhor lidar com os diferentes usuários, como por exemplo, funcionários treinados na linguagem de sinais. Diante desse contexto, na figura 1 são apresentadas propostas de ações da acessibilidade atitudinal divulgadas nos *sites* e *Instagram* das bibliotecas universitárias analisadas.



Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa, na ferramenta Canva (2024).

Para Santos e Souza (2022) a acessibilidade atitudinal está ligada com a superação de preconceitos e estereótipos e dessa maneira toda a discriminação se destaca se inserindo no tema do capacitismo no trabalho das instituições, como por exemplo nas bibliotecas

universitárias. Silva (2018) também enfatiza que a acessibilidade atitudinal visa a superação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminação para as pessoas com deficiência.

A barreira atitudinal é a mais difícil de superar, pois ela não é visível, assim como as barreiras arquitetônicas, dificultando a inclusão de pessoas com deficiência no meio social. Elas podem ser quaisquer “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2015, local. 2). Wellichan e Mazini (2021, p. 174) sustentam essa fala ao se referirem que,

[...] a barreira atitudinal é o ponto inicial entre o usuário com deficiência e a equipe da biblioteca, e dessa relação depende todo o resto, o que pode comprometer, inclusive, a frequência ou o comportamento desse usuário no ambiente informacional. No entanto, não raramente o que falta é capacitação para atender e trabalhar com usuários de grupos específicos, como idosos, crianças com transtornos ou deficiências (independente da faixa etária).

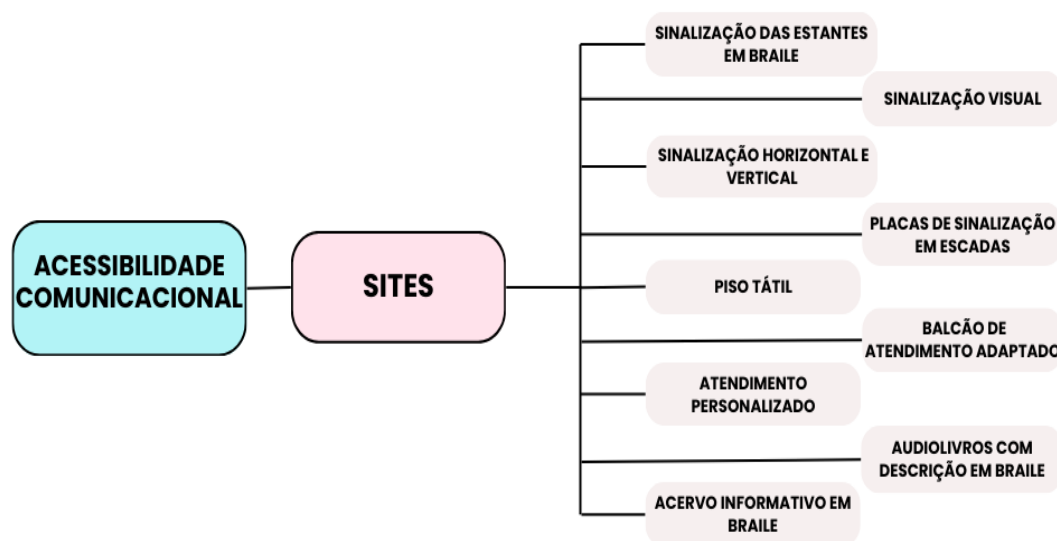
Sendo assim, é fundamental que as instituições como as bibliotecas universitárias públicas estejam preparadas para receberem os diferentes públicos e suas especificidades, não somente superando as barreiras físicas e/ou digitais, mas também desenvolvendo o sentimento de pertencimento dessas pessoas, pois, como dissertam Santos e Souza (2022), não é suficiente somente equipar as bibliotecas com as tecnologias assistivas se não houver uma mediação da informação, ferramentas de busca, catálogos, bases de dados que atendam as necessidades das pessoas com deficiência, além do espaço precisar ser acolhedor e inclusivo. A acessibilidade atitudinal precisa fazer parte da missão, visão e das ações de planejamento da unidade de informação. Assim como do processo de formação continuada do bibliotecário.

Diante disso, fica evidente a relação da competência em informação e a acessibilidade atitudinal, visto que ambas promovem práticas e iniciativas a fim de superar barreiras, preconceitos, discriminações e estereótipos, proporcionando os espaços das bibliotecas universitárias mais acessíveis e inclusivos.

b) Acessibilidade Comunicacional

A acessibilidade comunicacional abrange todos os recursos, ações ou serviços que as bibliotecas universitárias promovem para que a comunicação seja acessível a todos os seus usuários, isto inclui sinalizações em braile, balcão adaptado, piso tátil, entre outras. Posto isso, na figura 2 são agrupadas as práticas e iniciativas propostas pelas bibliotecas universitárias que fizeram parte deste estudo.

Figura 2 — Acessibilidade Comunicacional



Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa, na ferramenta Canva (2024).

Nota: Nessa categoria não foi encontrada nenhuma prática ou iniciativa divulgada nas páginas de *Instagram* das bibliotecas universitárias.

De acordo com Albuquerque, Santos e Oliveira (2020, p. 106) “[...] a comunicação é uma condição básica para a existência social, interação e desenvolvimento de informações e conhecimentos, não apenas relacionados a interesses pessoais, mas também profissionais”. Portanto, é um processo fundamental para convivência em sociedade, não somente profissional, mas também para a inclusão social, principalmente para as pessoas com deficiência que tem a comunicação como uma barreira. Desta maneira “O processo de comunicação é necessário para vida humana, mas só se torna eficaz depois que as pessoas envolvidas no processo compreendem a linguagem e os símbolos utilizados”. (Albuquerque; Santos; Oliveira, 2020, p. 106).

Podemos entender as barreiras na comunicação como “[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação” (Brasil, 2015, local. 2). Dessa forma, a acessibilidade comunicacional é de suma importância, pois além de promover o sentimento de pertencimento às pessoas com deficiência, auxilia para que elas tenham acesso à informação, assegurando seus direitos como cidadãos, pois, como complementa Silva (2023, p. 107), “O objetivo da acessibilidade comunicacional é, portanto, oferecer recursos, atividades e bens culturais que promovam independência e autonomia aos indivíduos que necessitam de serviços específicos para acessar o conteúdo proposto”.

Contudo, Silva (2023, p. 115) destaca que “[...] tal acessibilidade deve estender-se ao entretenimento, como filmes, séries, entre outros programas que não sejam estritamente

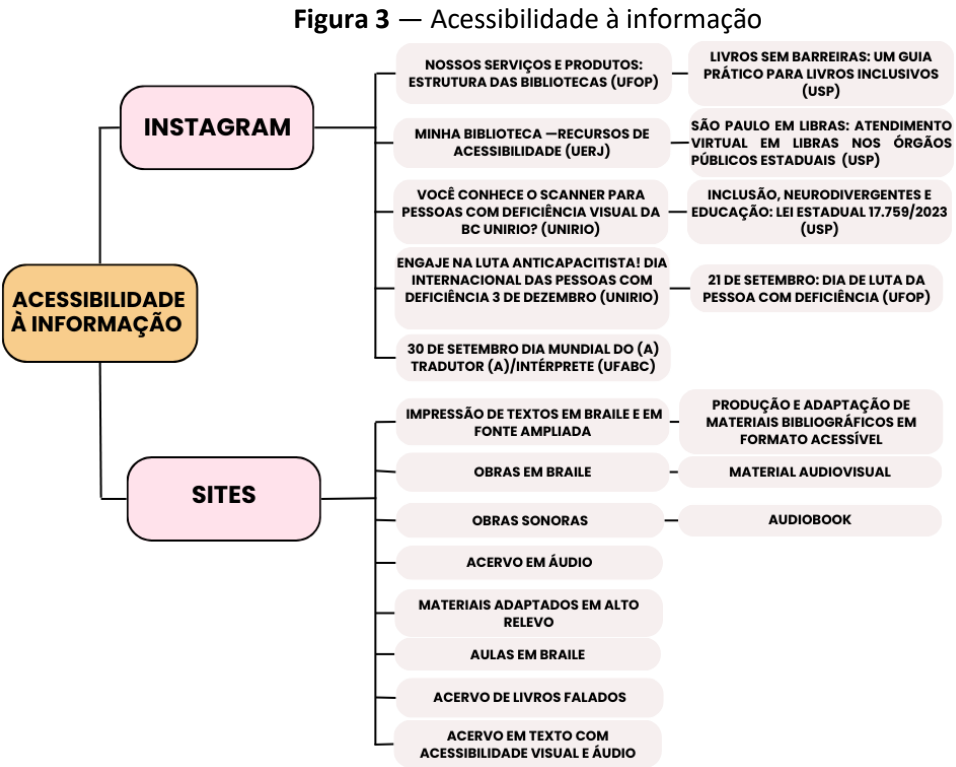
de cunho informativo”, pois as pessoas com deficiência também devem ter acesso à cultura e lazer, não somente serem restritos ao meio acadêmico. Duarte e Moraes (2021, p. 237) acrescentam que

[...] a Acessibilidade Comunicacional somente será viabilizada quando alicerçada em uma sociedade que apresente comportamentos e relações verdadeiramente inclusivas, capaz de mitigar, portanto, as barreiras atitudinais que impedem a real integração das pessoas com deficiência.

Dessa maneira, as bibliotecas universitárias necessitam implementar práticas e iniciativas para a acessibilidade comunicacional, dado que a comunicação é necessária para que haja uma interação entre as pessoas com deficiência e o espaço da biblioteca. A competência em informação pode ser a estratégia que fomenta a implementação, promovendo uma comunicação acessível e inclusiva, para oportunizar assim o acesso à informação.

c) **Acessibilidade à informação**

Nessa categoria foram agrupados todos os recursos, ações ou serviços que tem como objetivo promover o acesso à informação de forma inclusiva e acessível. Diante desse contexto, podemos citar como exemplo obras em braile, acervo de livros falados e apresentações sobre os recursos disponíveis nas bibliotecas universitárias. A seguir, na figura 3, são apresentados os recursos, ações e serviços de acessibilidade à informação que as bibliotecas universitárias apresentaram em seus sites e páginas do *Instagram*.



Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa, na ferramenta Canva (2024).

Conforme Stroparo e Moreira (2016b, p. 4), “[...] a informação é considerada um componente de cidadania e todos têm o direito de acessá-la [...]” logo, ela é um importante recurso para uma sociedade mais democrática sendo necessária ser acessível a todos, abrangendo as pessoas com deficiência. Castro e Brasil (2021, p. 109) explicam que é importante que “[...] a acessibilidade informacional abranja todos os aspectos que direcione ao acesso à informação onde ela estiver, livre de qualquer barreira que impeça o usuário de explorá-la”.

A acessibilidade informacional ocorre quando a informação está disponível para uso de maneira fácil e que possa ser compreendida por todos, incluindo pessoas com deficiência, idosos etc., (Mezzari, 2015). Assim, “A acessibilidade informacional é uma forma de inclusão social e cultural, permitindo a redução de desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária” (Stroparo; Moreira, 2016b, p. 13). Nessa direção, Castro e Brasil (2021, p. 199) mencionam que

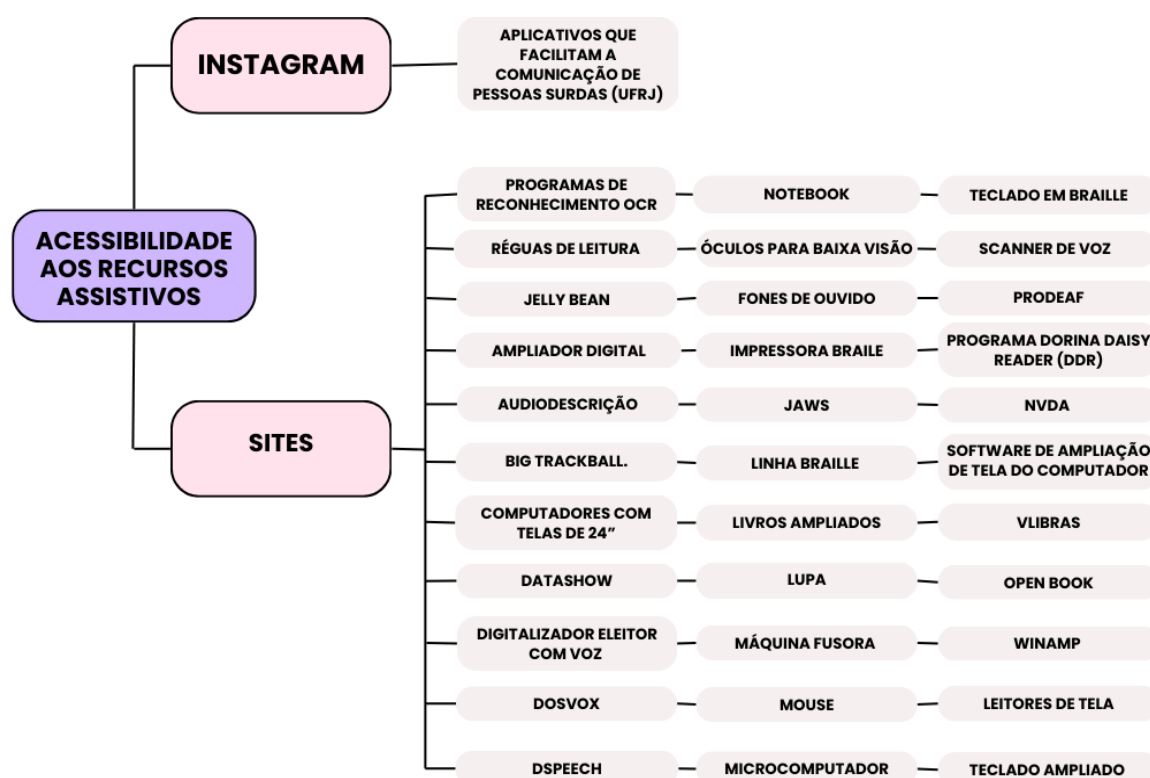
[...] é essencial para saber se a informação disponível em diversos suportes e meios está acessível a todos de forma fácil, completa e objetiva, complementada pelos outros tipos de acessibilidade, garantindo não somente o acesso, mas a acessibilidade a esta informação, esteja onde estiver.

No cenário atual da sociedade a quantidade de informação que é disponibilizada e acessada está em uma sucessiva crescente, portanto “[...] é indispensável o acesso à informação a todos os cidadãos, visando um maior número de pessoas envolvidas neste processo informacional, possibilitando a inclusão social” (Ishikawa; Belluzzo, 2013, p. 147). Assim, podemos correlacionar a acessibilidade à informação e a competência em informação, visto que o acesso à informação é um direito de todos e as pessoas com deficiência devem também ter isso assegurado, carecendo de ações, recursos e serviços que facilitem seu acesso de forma acessível e independente, desenvolvendo assim sua autonomia.

d) Acessibilidade aos recursos assistivos

Os recursos assistivos são qualquer hardware ou software que auxiliam as pessoas com deficiência na busca e uso da informação. Essas ferramentas podem ser softwares, tais como, Jaws, NVDA, DOSVOX, leitores de tela etc. Como também hardwares, a exemplo de teclado e linha em braile, lupas, mouses, fones de ouvido etc. Nesta categoria foram encontrados vários recursos de acessibilidade, como mostra a figura 4.

Figura 4 — Acessibilidade aos recursos assistivos



Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa, na ferramenta Canva (2024).

As tecnologias assistivas dizem respeito a qualquer item, equipamento, produto, sistema ou serviço que auxilie o desenvolvimento das atividades cotidianas de pessoas com deficiência e suas limitações, sejam elas motoras, sensoriais ou físicas, promovendo assim sua autonomia (Vigentim, 2014). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência no artigo 3º, inciso III, define a tecnologia assistiva como

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Brasil, 2015, local. 2).

Para além disso, Vigentim (2014) discorre que as tecnologias assistivas promovem às pessoas com deficiência desenvolverem suas atividades com independência e garantia, prezando sua humanidade, tanto na vida cotidiana, a exemplo da locomoção, aprendizagem, comunicação, quanto na vida acadêmica, no lazer e no trabalho. Segantim (2023, p. 80) complementa ao dizer que as tecnologias assistivas podem “[...] ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência ao permitir que elas realizem atividades diárias com mais facilidade e independência. Isso pode levar a uma maior autoestima e autoconfiança, bem como a uma maior participação na sociedade”.

Vigentim (2014, p. 107) discorre que os objetivos das tecnologias assistivas são “[...] proporcionar um intrincado instrumental de equipamentos, métodos e serviços, que possam auxiliar e promover o alcance para as PCDs nas mais variadas atividades, incluindo as acadêmicas”. Portanto, bibliotecas universitárias devem estar equipadas com estas ferramentas para melhor atender os usuários com deficiência em seus espaços, visto que promover o sentimento de pertencimento é importante para que estas pessoas continuem frequentando as instituições de ensino, com mais oportunidades de acesso igualitário na sociedade. Complementar a isso, Segantin (2023, p. 77) acresce que

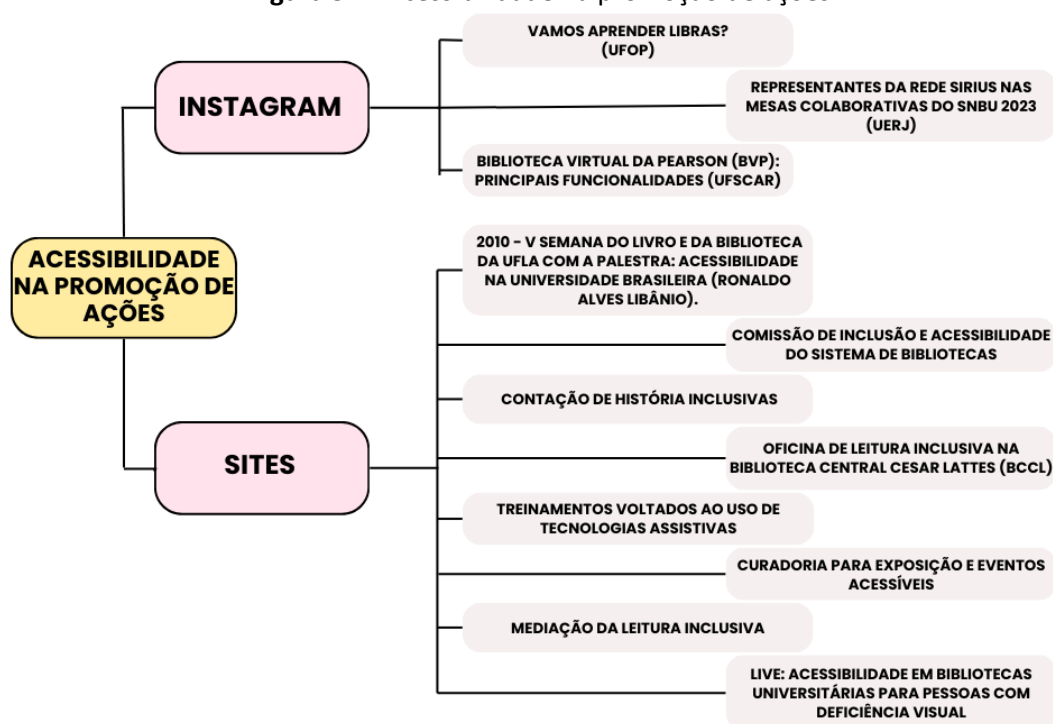
[...] tecnologia assistiva é todo recurso, produto, estratégia, prática, serviço ou metodologia que promovam a funcionalidade das pessoas com deficiência, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social e que tenham por finalidade a atenuação ou eliminação das barreiras que as impedem de usufruir seus direitos em condição de igualdade com as demais.

Bibliotecas que propiciam esses recursos, contribuem na promoção da competência em informação visto que essas ferramentas visam tornar esses ambientes acessíveis e inclusivos, que favoreçam o acesso à informação a todos, incluindo as pessoas com deficiência. Ademais, para Silva e Spudeit (2021) existem tecnologias assistivas que podem auxiliar na multiplicação da competência em informação, visto que essas tecnologias de informação e comunicação atuam como parte indispensável para a inserção da inclusão nos espaços das bibliotecas universitárias, sugerindo soluções para apoiar a superação de barreiras da acessibilidade informacional.

e) Acessibilidade na promoção de ações

A acessibilidade na promoção de ações diz respeito às práticas que as instituições propõem realizar para tornarem seus ambientes mais acessíveis e igualitários, assim promovem o desenvolvimento de habilidades informacionais às pessoas com deficiência. Nesta categoria, podem ser incluídas oficinas de leitura acessível, palestras e *lives* sobre o tema acessibilidade ou atividades que envolvem o aprendizado de libras. Na figura 5 são apresentados os dados obtidos na análise dos sites e páginas do *Instagram* que estão na categoria de acessibilidade na promoção de ações.

Figura 5 — Acessibilidade na promoção de ações



Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa, na ferramenta Canva (2024).

No âmbito das bibliotecas universitárias, a promoção de ações é um importante recurso para o acesso à informação de pessoas com deficiência, pois não basta somente disponibilizar ferramentas de acessibilidade, mas promover esses meios é essencial. Essa acessibilidade, evidencia a questão dos direitos das pessoas com deficiência no meio social, podendo dificultar atitudes discriminatórias dentro das bibliotecas e favorecer para que estes espaços sejam acolhedores e seguros (Santos; Souza, 2022).

Vigentim (2014, p. 107) defende que a pessoa com deficiência quando introduzida no meio acadêmico, sai da situação de ser “[...] uma demanda por ações de acessibilidade, para transformar-se em colaborador ativo, como um elemento que é parte na e da construção social, em igualdade de direitos, seja onde estiver inserido”. Desta maneira, é dever das bibliotecas universitárias mobilizarem ações de acessibilidade que propiciam a inclusão de pessoas com deficiência, junto com as políticas de informação institucionais, em busca de um objetivo maior, que é tornar a biblioteca uma instituição inclusiva através da oferta de produtos e serviços acessíveis e um ambiente acolhedor (Santos; Souza, 2022). Evidenciamos desta forma, que em uma

[...] biblioteca universitária, políticas que promovam a acessibilidade concorrem para a promoção da competência em informação, na medida em que esta é considerada um direito fundamental da pessoa humana ou que concorre para os direitos humanos, e com a capacidade de promover o acesso de pessoas em condições de vulnerabilidade a um estado de cidadania,

identidade e autonomia perante a sociedade em que vive. (Teixeira *et al.*, 2017, p. 341).

Visto isso, compreendemos que a participação do profissional bibliotecário é imprescindível, ao promover ações, serviços e ferramentas acessíveis e inclusivas que o possibilitam “[...] exercer o seu papel numa dimensão mais social, multiplicando a competência em informação com pessoas com deficiência, e agindo para que elas possam acessar a informação da melhor maneira possível” (Alves *et al.*, 2023, p. 6).

Em síntese, é possível identificar várias práticas e iniciativas inclusivas que as bibliotecas universitárias da região sudeste do Brasil vêm implementando em seus espaços, ressaltando que as ferramentas de acessibilidade aos recursos assistivos são as mais divulgadas em seus sites, porém cabe mencionar que nas páginas de *Instagram* são mais promovidas ações de acessibilidade à informação, como divulgações de ferramentas ou de datas importantes na luta anticapacitista. E compete também enfatizar que há outras iniciativas de práticas inclusivas sendo implementadas, a exemplo da promoção da acessibilidade atitudinal ao treinar os servidores em língua de sinais, dar apoio ao estudo e pesquisa e promover a acessibilidade atitudinal em postagem no *Instagram*.

7 Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo investigar práticas e iniciativas das bibliotecas universitárias da região sudeste do Brasil que promovem a competência em informação no apoio às pessoas com deficiência. A partir da pesquisa documental levantamos práticas e iniciativas inclusivas que as bibliotecas universitárias apresentaram em seus sites e páginas de *Instagram*. Dessa maneira, é importante enfatizar que as bibliotecas universitárias devem ser ambientes acessíveis e inclusivos, incluindo pessoas com deficiência, garantindo-as o sentimento de pertencimento e assegurando seus direitos. E para alcançar tal objetivo, é relevante implementar ações que promovam a competência em informação nesses espaços, efetivando práticas e iniciativas em prol da acessibilidade comunicacional, atitudinal, à informação, na promoção de ações e aos recursos assistivos.

Foram pesquisadas 31 bibliotecas universitárias da região sudeste do Brasil e dessas, 12 não continham informações referentes a ferramentas de acessibilidade oferecidas em seus sites ou páginas de *Instagram*. Os dados coletados foram divididos nas cinco categorias de acessibilidades, separados entre dados encontrados nos sites e dados divulgados nas páginas de *Instagram*, onde os recursos de tecnologia assistivas, como lupa, fones de ouvido, teclado em braile e softwares são os mais presentes.

Quanto a caracterizar essas práticas e iniciativas em relação às habilidades em competência em informação, foi possível identificar que as instituições possuem recursos de acessibilidade em seus espaços, destacando que as ferramentas de acessibilidade aos recursos assistivos são os mais divulgados em seus sites e ações, assim como ferramentas e produtos de acessibilidade à informação são mais disseminados em suas páginas de *Instagram*.

Ao promover a acessibilidade atitudinal, comunicacional, informacional, aos recursos assistivos e na promoção de ações destacadas nesta pesquisa, as bibliotecas universitárias estão multiplicando a competência em informação ao proporcionar práticas e iniciativas acessíveis em seus espaços, oportunizando a formação de pessoas com deficiência. Dessa maneira, possibilitam que esses sujeitos tenham mais oportunidades de defesa de seus direitos, tendo acesso à informação com autonomia no exercício de papéis como cidadãos.

Referências

- ALBUQUERQUE, M. A.; SANTOS, C. B. dos; OLIVEIRA, L. S. Acessibilidade comunicacional no enfrentamento à covid-19. **Fontes Documentais**, Aracaju, v. 3, p. 102-109, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/57868>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- ALMEIDA, E. R.; MATA, M. L. D.; Ações ou Programas de Competência em Informação nas Bibliotecas Universitárias Brasileiras. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v. 17, publicação continua, 2023, e023012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/14096>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- ALVES, N. Z.; PEREIRA, A. P.; SILVA, A. S. D; ALCARÁ, A. R. Habilidades inclusivas do bibliotecário multiplicador da competência em informação. In: COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO, 7., 2023, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2023. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2023/coaic23/paper/viewFile/819/655>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago: ACRL, 2016. *E-Book*. Disponível em: <https://www.ala.org/sites/default/files/acrl/content/issues/infolit/framework1.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2010.
- BELLUZZO, R. C. B. O estado da arte da competência em informação (CoInfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 47–76, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/648>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- BRASIL. **Decreto n. 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da

acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Referências de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)**: Parte I – Avaliação de cursos da graduação. Brasília: MEC, 2013, p. 1-51. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/proavi-referenciais-de-acessibilidade-parte-i.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRISOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 68–87, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1054>. Acesso em: 23 dez. 2024.

CASTRO, M. J. R. d.; BRASIL, M. V. de O. Acessibilidade informacional para pessoas com deficiência visual em uma biblioteca universitária. **INCID**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 104-124, mar./ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v12i1p104-124>

CORRÊA, E. C. D.; CASTRO JUNIOR, O. V. de. Perspectivas sobre competência em informação: diálogos possíveis. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 47, n. 2, 2018. DOI: 10.18225/ci.inf.v47i2.4156. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4156>. Acesso em: 31 jan. 2025.

DUARTE, F. R.; MORAIS, A. R. de M. N. Modelo referencial para a avaliação da acessibilidade comunicacional em políticas de comunicação interna de hospitais universitários. **Intercom**, São Paulo, v. 44, n. 2, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-58442021213>. Acesso em: 16 dez. 2024.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo. Escola de Comunicação e Artes. São Paulo: USP, 2001.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DE INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES - FEBAB. **Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas (Checklist)**. Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições. São Paulo: 2018. Questionário. Disponível em: <https://www.acoesfebab.com/checkliston>. Acesso em: 26 dez. 2024.

FORTALECIMENTO DE BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS E INCLUSIVAS: manual orientador. São Paulo: Mais Diferenças, 2016. p. 69-81. Disponível em: https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/materiais/manual_orientador.pdf. Acesso em: 31 jan. 2025.

ISHIKAWA, M. I. G.; BELLUZZO, R. C. B. Práticas inclusivas para deficientes visuais, baseadas na informação e conhecimento: reflexões e ações. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 147–164, 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/255>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MEDEIROS, M. M.; QUEIROZ, M. J. Tics na educação: o uso de software livre na promoção da acessibilidade. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 14, p. e6875, 2018. DOI: 10.15628/rbept.2018.6875. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6875>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MEZZARI, V. C. **A libras como elemento de acessibilidade informacional para o surdo no mercado de trabalho**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/37983/R%20-%20D%20-%20VANESSA%20CAROLINE%20MEZZARI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UNIC, 2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_amigo_pesso_idosa/agenda2030.pdf. Acesso em: 31 jan. 2025.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V.; MURIEL-TORRADO, E. Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 77-90, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/34735>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SANTOS, A. P. L. dos; SOUZA, E. G. de. Regime de informação e acessibilidade atitudinal em bibliotecas universitárias: reflexões e discussões. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/898>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SASSAKI, R. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 31 jan. 2025.

SEGANTIN, A. F. **Os tributos extrafiscais e a pessoa com deficiência: concretização de direitos pelo acesso à tecnologia assistiva**. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/75d7e027-32f2-4a87-bfd9-4930f339be0f/content>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SILVA, A. F. da; SPUDEIT, D. A ofertas de serviços informacionais acessíveis para pessoas cegas em bibliotecas universitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1560/1307>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SILVA, A. F. da; SPUDEIT, D. **Bibliotecas inclusivas**: o que posso fazer para a inclusão das pessoas com deficiência visual? São Paulo: ABECIN Editora, 2020. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/219>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SILVA, M. B. da. A visibilidade da libras nas mídias: a representativa surda e a acessibilidade comunicacional. **Bibliomar**, São Luís, v. 22, n. 2, p.113-120, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/21338/12268>. Acesso em: 31 jan. 2025.

SILVA, R. T. da. **A banca da ciência e a pessoa com deficiência visual**: um estudo sobre a acessibilidade atitudinal na difusão científica. 2018. 297 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-13122018034955/publico/SILVA_RenataTeles_ABancadaCienciaeaPessoaacomDeficiencia.pdf. Acesso em: 31 jan. 2025.

STROPARO, E. M.; MOREIRA, L. C. Acessibilidade informacional na biblioteca universitária: em foco o aluno com deficiência. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Universidade Estadual de Curitiba, 2016b. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo22_ELIANE-MARIA-STROPARO-LAURA-CERETTA-MOREIRA.pdf. Acesso em: 31 jan. 2025.

STROPARO, E. M.; MOREIRA, L. C. O papel da biblioteca universitária na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 1, p. 209-222, jan./abr. 2016a. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644417430>. Acesso em: 31 jan. 2025.

TEIXEIRA, L. A.; DE BRITO, T. R.; DORNELES, J. V.; MARQUES, R. F. Políticas de inclusão de acessibilidade para a promoção da competência em informação: um olhar para a biblioteca central da UFMS. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 331–352, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/925>. Acesso em: 31 jan. 2025.

VIGENTIM, U. D. **Tecnologia assistiva**: analisando espaços de acessibilidade às pessoas com deficiência visual em universidades públicas. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/115666>. Acesso em: 31 jan. 2025.

VITORINO, E. V. Construindo Significados para a competência em informação. In: VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (org.). **As dimensões da competência em informação**: técnica, estética, ética e política. Porto Velho: EDUFRO, 2020. p. 13-35. DOI: 10.18225/ci.inf.v47i2.4187. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187>. Acesso em: 31 jan. 2025.

VITORINO, E.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional (2). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40 n. 1, p. 99-110, jan./abr., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/SjcbWRPPfNPjhF5DhFTSkcv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2025.

WELLICHAN, D. S. P.; MANZINI, E. J. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em biblioteconomia e ciência da informação. **Em Questão**,

Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 172–203, 2021. DOI 10.19132/1808-5245273.172-203. Acesso em: 16 dez. 2024.